

PROJETO DE LEI N.º 565, DE 2023

(Da Sra. Dayany do Capitão)

Altera Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para ampliar a pena do crime de maus-tratos de animais.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-7199/2010.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(DA SRA. DAYANY DO CAPITÃO)

Altera Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para ampliar a pena do crime de maus-tratos de animais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.32
Pena - detenção, de seis meses a 2 (dois) anos
e multa. (NR)
§1°

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de **reclusão, de 2 (dois) a 8 (anos)** anos, multa e proibição da guarda. (NR)

§ 2º A pena é aumentada de **um terço até a metade**, se ocorre morte do animal." (NR)



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proteção jurídica dos animais deve ser aprimorada, nesse sentido, o Estado necessita urgentemente priorizar a tutela, mesmo que minimamente, do direito dos animais.

O presente projeto de lei visa a, além aumentar a pena geral do crime de maus-tratos, também a de maus-tratos a cães e gatos, neste caso equiparando-a à pena do crime de sequestro e cárcere privado em sua modalidade qualificada, conforme artigo 148, §2º do Código Penal:

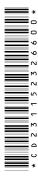
Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: [...]

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maustratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

A principal justificativa para o presente projeto de lei é a proteção dos animais contra o sofrimento desnecessário. Animais são seres sencientes que podem sentir dor, medo e estresse, assim como os seres humanos, e merecem ter seus direitos protegidos.

Há uma correlação comprovada entre a violência contra animais e a violência contra humanos. As pessoas que cometem crimes contra animais são mais propensas a cometer violência contra



outras pessoas. Dessa maneira, endurecer a pena do crime de maustratos de animais pode ajudar a prevenir outros tipos de violência.

Por conseguinte, o PL também possui o viés da educação e conscientização, visto que, as medidas aqui apresentadas também podem ajudar a educar e conscientizar a sociedade sobre o tratamento adequado aos animais. Ressalta-se que a lei é a principal ferramenta para incentivar a adoção de práticas mais humanitárias em relação aos animais.

Em resumo, é importante reconhecer que os animais merecem ser tratados com respeito e dignidade, e a lei pode ser uma ferramenta importante para garantir esses direitos.

Por fim, diante da importância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a necessária discussão, a eventual adequação e a rápida aprovação deste projeto de lei.

Gabinete Parlamentar, 15 de fevereiro de 2023.

Dep. Dayany do Capitão (União/CE)



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO		
LEI № 9.605, DE 12 DE	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-02-		
FEVEREIRO DE 1998	12;9605		

FIN	\mathbf{M} DO DO	CUMENTO	